

Simpósio Temático : Sustentabilidade na Habitação de Interesse Social: cultural, social, ambiental e econômica.

Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social: movimentos sociais e a (re)significação do lugar

Prof Dr Marcos Pereira Diligenti- FAUPUCRS

Resumo: A falta de planejamento é predominante na expansão urbanística das Habitações de Interesse Social. Em geral, as populações promovem as suas ações de apropriação do espaço para só, posteriormente, tensionarem os poderes públicos no sentido de um enquadramento legal à cidade formal. Esse fenômeno, se frequentemente traz para as Habitações de Interesse Social inúmeros problemas de viabilidade urbanística, por outro lado institui óticas não verificadas nos padrões arquitetônicos/urbanísticos tradicionais. Óticas essas que não podem ser desprezadas, mesmo que a autenticidade de suas soluções e a imediata apropriação do senso comum como concretude, não tenham passado pelo crivo da gestão pública ou da Academia. Nesse sentido, pode-se entender as Habitações de Interesse Social não como um espaço de degradação da cidade, mas sim como uma autêntica manifestação das populações locais da intenção de pertencimento à cidade. As Habitações de Interesse Social também se estabelecem como o local do encontro, das habitações voltadas para a rua, da vitalidade urbana, fato este que sinaliza para um significativo potencial de diversidade cultural. Mesmo que submetidas a todo tipo de mazelas sociais, esses espaços se constituem como uma manifestação de resistência da capacidade humana de vida socializada e podem vir a ser qualificados como espaços de vanguarda arquitetônica/social e cultural na atualidade. Aliados a esses aspectos, os movimentos sociais estabelecidos nas formas de redes não institucionais, que se constituem nas expansões do tecido urbano, desafiam a outras formas complexas de interpretação sociológica, que não as tradicionais perspectivas estruturalistas. A investigação aqui apresentada procura relacionar a (re)significação de lugar nas Habitações de Interesse Social em uma análise complementar do urbanismo com a sociologia.

Palavras chave: habitação de interesse social, sustentabilidade, movimentos sociais.

Abstract:

The lack of planning is prevalent in the urban expansion of Social Housing. In general, the people promote their actions of space occupation for only then tense the government towards a legal framework for the formal city. This phenomenon, often brings to the Social Housing numerous problems of urban sustainability, on the other hand establishing perceptions not detected in architectural / urban traditional standards. Those perceptions cannot be neglected, even though the authenticity of their solutions and the immediate appropriation of common sense as concrete, have not passed the scrutiny of public management or the Academy. In this sense, one can understand the Social Housing space not as a degradation of the city, but as an authentic manifestation of the intention of local populations belonging to the city. The Social Housing is also set as the venue, of the houses facing the street, the urban vitality, a fact which signals a potentiality for significant cultural diversity. Even if subjected to all sorts of social ills, these spaces are constituted as a manifestation of resistance of the human life and may well be described as architectural, social and cultural avant-garde spaces today. Allied to these aspects, the social movements in established forms of non-institutional webs, which are expansions of the urban network, challenge other complex forms of sociological interpretation than the traditional structuralist perspectives. The research presented here seeks to relate to signification of place in Social Housing in the further analysis of urbanism and sociology.

Keywords: social housing, sustainability, social movements.

INTRODUÇÃO

O ser humano não é apenas o ser humano e sua circunstância, como ensina Ortega y Gasset, é também o ser humano e o que falta na sua circunstância para ele ser plenamente humano.

Boaventura de Sousa Santos

As hoje denominadas Habitações de Interesse Social¹ constituem-se em habitações urbanas para as classes menos favorecidas economicamente e têm suas

¹ Conforme PDDUA, LEI COMPLEMENTAR 434, Art. 22, § 2º, de 1 de dezembro de 1999 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, "a habitação é entendida como a moradia provida de infra-estrutura básica, de serviços urbanos e equipamentos comunitários, sendo a Habitação de Interesse Social aquela destinada à população residente em núcleos de habitabilidade precária ou desprovida de poder aquisitivo familiar suficiente para obtê-la no mercado."

origens, muitas vezes, em movimentos migratórios do campo para a cidade, efetuado por contingentes populacionais em busca de melhores condições de vida. Os rumos do planejamento urbano e os parâmetros sociais, culturais, ambientais e econômicos a eles referidos parecem dar-se de forma similar em diversos espaços/lugares das cidades ocidentais. Além da origem, baseada na migração campo/cidade, outros fatores concorrem para que as Habitações de Interesse Social apresentem alguns pontos em comum. Um destes fatores diz respeito à falta de planejamento predominante na expansão urbanística nas camadas de baixa renda.

Deve-se considerar, no entanto, que as manifestações espontâneas verificadas em bairros populares foram historicamente menosprezadas, tanto no aspecto acadêmico, quanto no aspecto legislativo formal. Em contraponto a essa lógica, é possível valorizar essas manifestações e promover a necessidade de um diálogo destas, com os parâmetros arquitetônico/urbanísticos acadêmicos e legislativos. Acerca dessa intenção, faz-se necessária uma atenta “escuta” do sentimento de pertencimento à *urbe* implícito nos movimentos de expansão urbanística das Habitações de Interesse Social. Esse é o ponto nevrálgico na forma de abordagem do objeto de estudo que se faz nessa proposta de reflexão. Ao tentar problematizar a implementação das Habitações de Interesse Social para uma comparação diferenciada que leva em conta as especificidades de suas configurações geográficas, políticas, sociais, culturais, econômicas, arquitetônicas e urbanísticas, essa proposta busca ainda compreender a similaridade no conjunto de alternativas genuínas e criativas que, muitas vezes, acompanham esses fenômenos.

A partir daí, pode-se estender a reflexão sobre o conhecimento acadêmico em relação ao senso comum. (Santos, 2002) Balizando-se pela perspectiva de não estabelecer uma rígida hierarquização entre ambos e, ao mesmo tempo, valorizando as suas singularidades como componentes indispensáveis na perspectiva de um conhecimento que ultrapasse o determinismo consagrado pela modernidade, procura-se exercitar uma aproximação com um conhecimento que contemple a complexidade² do real. Reafirmando essa linha de raciocínio, verificamos em Morin (2002, p. 18) que:

O conhecimento que propomos é complexo: porque reconhece que o sujeito humano estudado está incluído no objeto; porque concebe, inseparavelmente, a unidade e a diversidade

² Trabalhamos com o conceito de complexidade na perspectiva do filósofo francês Edgar Morin.

humanas; porque concebe todas as dimensões ou aspectos, atualmente separados e compartimentados, da realidade humana, que são físicos, biológicos, psicológicos, sociais, mitológicos, econômicos, sociológicos, históricos;(...).

É nessa concepção de conhecimento que procuramos apresentar nossas argumentações, acrescentando ainda, às considerações urbanísticas, aspectos sociológicos imbricados nesse enfoque da realidade.

JUSTIFICATIVA

Em um cenário desafiador, as Habitações de Interesse Social no Brasil merecem na atualidade uma atenta investigação. Considerando-se que o déficit habitacional atual atinge hoje 7 milhões de moradias e poderá elevar-se para 20 milhões no ano de 2020, segundo dados da Fundação João Pinheiro, compreende-se que esse é um campo que exige redobrada atenção. Faz-se necessário abranger a complexidade de fatores concernentes a essa carência e, fundamentalmente, a sua potencialidade de superação.

Inserido em uma lógica globalizada, que privilegia aspectos mercadológicos é necessário que se apresentem alternativas ao modelo vigente de expansão nas Habitações de Interesse Social. O problema habitacional deve assumir a sua primordial condição de “direito” das populações, desvinculando-se, tanto quanto possível, de parâmetros estritamente monetários. Com essa visão, a Academia pode propor uma re-hierarquização que valorize os anseios culturais e sociais das populações que buscam as moradias, para que aliadas às soluções especificamente técnicas, suas necessidades sejam mais abrangentemente atendidas.

Mesmo no que diz respeito às técnicas construtivas, propriamente ditas, verifica-se no Brasil que a utilização de soluções baseadas exclusivamente em parâmetros econômicos de curto prazo está a mostrar graves conseqüências para a qualidade da habitabilidade na relação entre as Habitações de Interesse Social contemporâneas em sua inserção urbanística. O comprometimento dos recursos naturais e a depreciação do desenho urbano são algumas das conseqüências diretas dessas escolhas.

Cabe aqui ressaltar que a concepção de Habitação de Interesse Social e a sua relação com o conceito de sustentabilidade³ devem permear as análises nessa área. Nesse sentido, a Habitação de Interesse Social e a Sustentabilidade colocam-se de forma indissociável nos espaços e deverão ser sempre tratadas de forma integrada. A Sustentabilidade é enfocada como condição de qualidade de vida nas Habitações de Interesse Social, e estas como condição indispensável à obtenção da sustentabilidade nos espaços/lugares investigados.

ESPAÇO/ LUGAR E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Habitar um lugar é, de alguma forma, relacionar-se com a vida. A qualificação das habitações para as classes menos favorecidas só pode dar-se na qualificação dessa relação e, conseqüentemente, nas condições de interação dos habitantes das comunidades com as suas vivências e experiências no ser e estar no mundo com dignidade. É importante colocar que a diferenciação entre espaço e lugar constitui-se na apropriação deste pelo humano; o espaço só adquire *status* de lugar quando se ressignifica pelo convívio entre as pessoas que nele se encontram. (Augé, 1994)

O papel da academia e de seus pesquisadores na compreensão dessas premissas assume relevância ímpar, já que, em muitos casos, é evidenciada a desqualificação dos projetos arquitetônicos/urbanísticos para as populações menos favorecidas, em função da própria incompatibilidade de uma visão mais sistêmica e aprofundada de que implica o habitar.

Verificamos em Santos (1996) que o conceito de lugar é denominado de espaço habitado/ território, com semelhantes implicações no que diz respeito à necessidade de propor o encontro das populações e do exercício de sua identidade cultural como indispensáveis para as expansões e consolidações urbanas. Bauman (2001) se utiliza da mesma denominação de Augé, ao caracterizar os *não lugares* como espaços efêmeros, onde os estranhos habitam e não se comunicam, espaços onde a urbanidade restringe-se às questões funcionais, sem vinculação com a identidade cultural e histórica das populações. Nessa problemática encontramos em Caeiro (2002) uma interessante reflexão acerca daquilo que se intitula como "*territórios do nada*", que vem a caracterizar-se por espaços habitados, mas não providos do convívio humano para sua consolidação como lugares de encontro. Os *territórios do*

³ Trabalhamos com o conceito abrangente de sustentabilidade, que compreende seus aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos.

nada na sociedade contemporânea multiplicam-se e trazem consigo a negatividade do não encontro e da falta de identificação do ser em seu habitat.

Pode-se, por outro lado, considerar esses espaços como potenciais e desafiadores em sua própria carência, ou seja, passíveis de intervenções que possam ressignificar o espectro relacional entre ser e habitar e entre os seres na sua sociabilidade. Infere-se daí a compreensão e distinção dos *territórios do nada* como espaços de potência e, nesse sentido, uma análise utópica de intervenção (no sentido abordado por Ernst Bloch) é uma alternativa a esse possível paradoxo. Segundo Bloch (2005:18):

Somente uma maneira de pensar direcionada para a mudança do mundo, que municia com informação este desejo de mudança, diz respeito a um futuro que não é feito de constrangimento (futuro como espaço de surgimento inconcluso entre nós) e a um passado que não é feito de encantamento. Por isso, o decisivo é que apenas o saber como teoria-práxis consciente diz respeito ao que está em devir e que, por isto mesmo, é passível de decisão.

Espaço, lugar, não lugar, território, territórios do nada; são muitos e importantes aportes e conceitos trabalhados que permitem um olhar sobre o habitat coletivo não como mero objeto e sim, impregnado daquilo que dá sentido a sua própria existência: o potencial de humanidade do ser humano. As Habitações de Interesse Social são aqui abordadas como nichos ilustrativos desses fenômenos.

É necessário frisar que subjaz a esses conceitos a práxis participativa. O objetivo de fazer emergir um diálogo consistente entre as comunidades, a Academia e gestores públicos tem dessa forma a participação como fundamento de sua execução e pressupõe em qualquer intervenção urbanística a necessidade de total imersão dos agentes envolvidos nas comunidades trabalhadas. Confirmando essa idéia, verificamos em Freire (1993:19) que: “O compromisso próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas águas os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro”.

Daí a importância de auscultar o cotidiano dessas populações, para verificar com toda autenticidade possível as realidades dessas e embasar, consistentemente, as propostas que melhor se adequarão às suas necessidades. A academia e os gestores públicos podem, dessa forma, incorporar o senso comum, tão desprezado

durante longo tempo, e qualificar os parâmetros técnicos com alternativas criativas que nascem da própria espontaneidade das sugestões dessas comunidades.

É com essa visão abrangente do objeto de estudo, que se pensa contribuir para uma diferenciada concepção das intervenções arquitetônico/urbanísticas nas expansões e qualificações das Habitações de Interesse Social.

MOVIMENTOS SOCIAIS E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Os movimentos sociais contemporâneos não podem restringir a sua interpretação às categorias estruturalistas tradicionais. Para compreender sociedade complexa necessita-se de uma gama muito mais extensa de categorias de análise. Nesse sentido, por meio do conceito das “redes de solidariedade”, Melucci (1996) propõe que se priorizem as investigações de associações não-institucionais. Os clubes de mães, as organizações não-governamentais, as associações de moradores, entre outros, são exemplos ilustrativos da potencialidade de transformação constituída através desses novos atores, frequentemente presentes nas Habitações de Interesse Social.

Essas redes contrapõem-se às lógicas partidárias usuais em dois aspectos fundamentais, a saber: a forma emergente como se instituem e a participação direta da sociedade civil nas decisões relacionadas à comunidade.

Reafirmando a positividade desses fenômenos verificamos em Santos (1997: 277) que:

A nova cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre os cidadãos. Com isso, revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a idéia de igualdade sem mesmidade, a idéia de autonomia e a idéia de solidariedade.

Pode-se fazer uma aproximação entre a criatividade e a autenticidade verificada nas expansões urbanísticas das Habitações de Interesse Social com um similar pioneirismo constatado nessas novas redes de movimentos sociais a elas vinculados. O colorido das favelas, as habitações voltadas para a rua, as trocas pessoais que priorizam o coletivo, são alguns dos fatores que se associam ao reconhecimento das associações de bairro, ONGs, etc, como impulsionadores de novas alternativas que devem ser consideradas pela academia e pela gestão pública como fundamentais na expansão e qualificação habitacional.

Os novos movimentos sociais urbanos não são organizações que desprezam a individualidade, mas grupos de pessoas que individualmente buscam um bem comum, e desta forma confrontam a organização atual da sociedade, onde se verifica a existência de desigualdades sociais, as quais englobam a segregação social e espacial. As normas que são seguidas no espaço urbano são basicamente de diferenciação social e de separação, e tornam-se assim problemas arquitetônicos, enquanto concernentes ao espaço, e sociais, no que tange aos aspectos culturais. Nesse panorama, a Habitação de Interesse Social é um equipamento urbano de grande importância no cenário das cidades contemporâneas.

Importa perceber que a identificação de novos movimentos sociais, para além das estruturas tradicionais partidárias, auxiliam, sobremaneira, o diálogo, a compreensão, a interpretação e as possibilidades de transformação das realidades por agentes urbanísticos que participam em intervenções nas Habitações de Interesse Social. Complementarmente é necessário observar que a qualificação de um espaço urbano do ponto de vista arquitetônico traz melhorias na qualidade de vida de seus usuários. Para esse fim, associa-se, inexoravelmente, à Habitação de Interesse Social, o conceito de sustentabilidade.

A sustentabilidade é compreendida como uma atitude sócio-cultural para a preservação do ambiente urbano, dos lugares e não-lugares. Suas diretrizes de inclusão social, respeito às culturas locais, viabilidade econômica, positividade ecológica e intergeracionalidade (Menegat e Almeida, 2004), quando associadas à Habitação, conferem uma perspectiva integrada dos saberes, que contempla, de forma mais aproximada, a complexidade dos fenômenos da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve ensaio procura tecer algumas considerações acerca do momento atual das Habitações de Interesse Social no Brasil. Verifica-se que a urgência em tratar esse tema revela-se não só pelos aspectos quantitativos, relacionados ao déficit habitacional, mas também por uma perspectiva qualitativa, que aponta para a necessidade de valorizar e exercitar uma escuta densa dos anseios das populações, sem pré-conceitos acadêmicos ou legislativos formais. Esse processo, segundo constatou-se, só é possível com um profundo engajamento dos técnicos e gestores nas comunidades, e fundamentalmente, com a abertura crescente de canais de participação direta das comunidades nas intervenções propostas.

Foi possível ainda perceber que uma visão abrangente da sustentabilidade, onde a inclusão social, o respeito às identidades culturais, a positividade ecológica e a viabilidade econômica, são aportes transversais às atividades de expansão e qualificação urbanística sendo, portanto, indispensáveis para a sua concepção, sobretudo no que diz respeito às Habitações de Interesse Social.

Sustentou-se ainda a necessidade de repensar o estruturalismo sociológico na interpretação dos movimentos sociais inerentes aos processos de expansão habitacional, na busca por novas alternativas de análise como as redes de solidariedade. Movimentos esses que parecem dar conta com mais profundidade das nuances da sociedade complexa contemporânea.

Dentro das suas possibilidades, esta proposta pretende de alguma forma também contribuir, para uma revitalização nas estruturas curriculares dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo. Para tanto, faz-se necessário o exercício de uma perspectiva abrangente, segundo a qual o conhecimento nessa área seja exercitado em sua multidimensionalidade, ao contemplar: a) um potencial técnico, que concebe a prática arquitetônica como uma aproximação adequada do ser com o estar no mundo; b) uma abordagem estética, que valorize a beleza e resgate os parâmetros que priorizam de forma sustentável a vida humana, com o necessário respeito ao ambiente natural; c) uma concepção política, onde tomar partido é defender o direito de habitação digna para as populações; d) e, fundamentalmente, uma perspectiva ética, compreendendo o *ethos* como o abrigo do humano e estendendo esse entendimento para toda atividade de promoção e valorização da vida.

Encaminhando a finalização dessa análise e direcionando de forma explícita para o momento das Habitações de Interesse Social no Brasil, pensa-se que é premissa para uma qualificada intervenção urbanística a desvinculação da percepção do direito à moradia para todos do valor de mercado das habitações, visto que, a unificação destes parâmetros constitui-se em uma das causas da precariedade qualitativa e quantitativa das Habitações de Interesse Social nas grandes cidades. Ao promover essa desvinculação estabelece-se, desde já, um caráter eminentemente político para a reflexão aqui proposta.

As Habitações de Interesse Social no Brasil de hoje constituem uma problemática que carrega consigo um grande desafio. A superação deste exige a convicção do direito à habitação digna para todos, com a efetiva participação das comunidades e agentes envolvidos nesses processos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas : Papirus, 1994.
- BAUMAN, Zigmund. Rio de Janeiro:Zahar, 2001.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005.
- CAEIRO, Mário Jorge (org). *Lisboa capital do nada*. Lisboa: Extramuros, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo : Martins Fontes, 2006.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENEGAT, Rualdo. *Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- MORIN, Edgar. *O Método 5- A humanidade da humanidade*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- PDDUA, Plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental de Porto Alegre, 1999.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Um discurso sobre as ciências*. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.
- _____. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.